

Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro

Temática Especial – Trabalhador, v.4, nº2
09 de maio de 2024



OBSERVATÓRIO
DO TRABALHO DE MINAS GERAIS

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Emprego formal e Rendimento de todas as fontes em Minas Gerais

Este boletim foi elaborado pelo Observatório do Trabalho de Minas Gerais e conta com a participação dos técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese) de Minas Gerais. Em comemoração ao mês dos(as) trabalhadores(as), esta edição especial apresenta a evolução de postos de trabalho formal nas regiões do estado, a partir das médias anuais do estoque de emprego formal do Novo Caged do Ministério do Trabalho a fim de verificar os ganhos (ou perdas) interrregionais desse período de expansão. Além disso, apresentam-se os dados recém divulgados da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostram o crescimento dos rendimentos de todas as fontes para Minas Gerais.

O período recente, em Minas Gerais, é marcado pela recuperação do mercado de trabalho, acompanhando os resultados brasileiros, após os resultados negativos de 2020. Essa recuperação ocorreu em praticamente todas as regiões do Estado, conforme mostra a Tabela 1. A participação do emprego nas regiões pouco se alterou desde 2020, onde, no último ano, a Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Belo Horizonte concentra 39,0% do emprego formal do estado, seguido da de Juiz de Fora (8,8%) e Varginha (7,3%). As regiões com o menor quantidade de vínculos formais de emprego são a de Governador Valadares (1,9%) e Teófilo Otoni (2,3%).

Tabela 1: Evolução da quantidade de vínculos formais de emprego segundo Região Geográfica Intermediária (RGInt) - Minas Gerais - 2020-2023 (médias anuais)

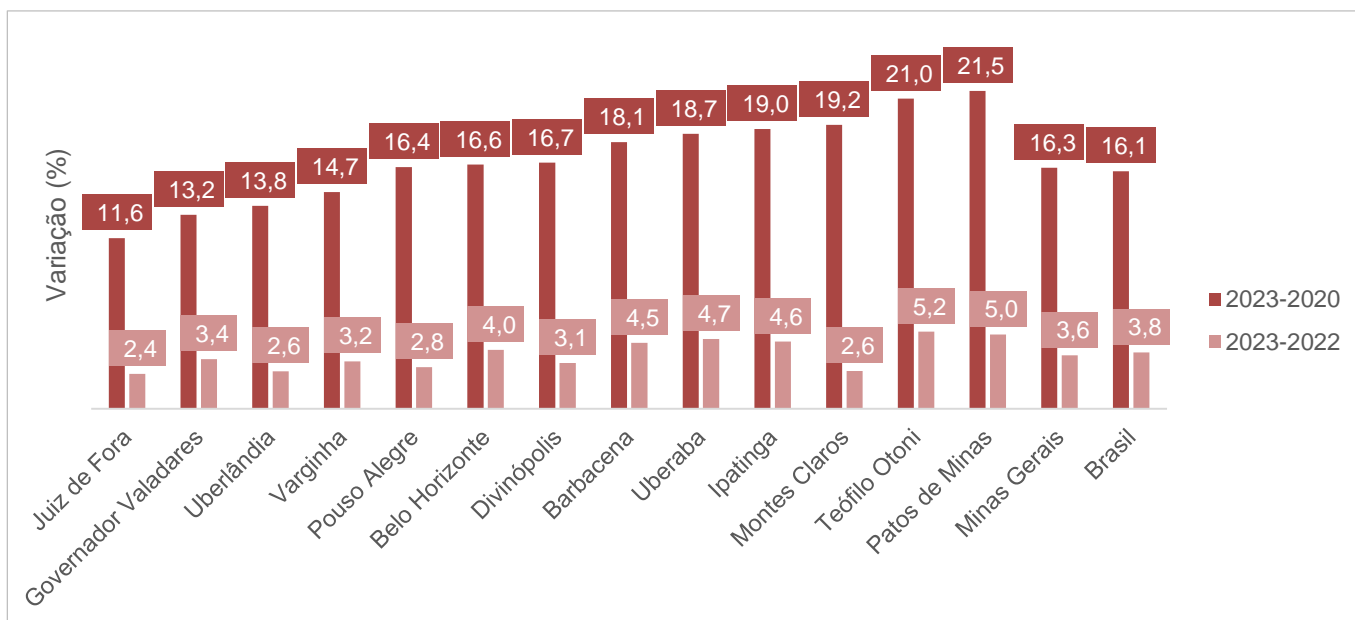
	2020	2021	2022	2023	Participação %
Barbacena	123.825	132.207	139.944	146.208	3,1
Belo Horizonte	1.592.865	1.687.306	1.785.164	1.856.581	39,0
Divinópolis	275.844	292.877	312.221	321.895	6,8
Governador Valadares	80.503	84.364	88.132	91.099	1,9
Ipatinga	164.865	176.752	187.590	196.127	4,1
Juiz de Fora	374.907	392.195	408.626	418.285	8,8
Montes Claros	172.878	186.434	201.008	206.156	4,3
Patos de Minas	165.149	177.028	191.106	200.736	4,2
Pouso Alegre	270.631	291.991	306.374	314.994	6,6
Teófilo Otoni	88.984	96.019	102.345	107.702	2,3
Uberaba	184.292	195.153	208.809	218.670	4,6
Uberlândia	289.884	308.842	321.562	329.764	6,9
Varginha	304.879	323.551	338.766	349.676	7,3
Minas Gerais	4.089.506	4.344.718	4.591.648	4.757.894	100,0
Brasil	38.865.722	40.951.077	43.467.205	45.129.226	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Novo Caged. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte). **Nota:** Dados acessados em 30/04/2024 sujeitos a alterações pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Mercado formal nas Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais

Em 2023 Minas Gerais contou com uma média de 4,7 milhões de vínculos formais de emprego, aumento de 3,6% em relação a 2022 e de 16,3% na comparação com 2020. Todas as RGInts apresentaram crescimento do emprego nesse período, mas esse foi acima da média do estado nas regiões de Patos de Minas, Teófilo Otoni, Montes Claros, Ipatinga, Uberaba, Barbacena, Divinópolis, Belo Horizonte e Pouso Alegre (nessa ordem, em relação a 2020). Na comparação com o ano anterior, foram as mesmas regiões a apresentarem desempenho superior à média do estado, exceto por Montes Claros, cujo emprego formal cresceu apenas 2,6% e Pouso Alegre, 2,8%. O menor crescimento, nas duas bases de comparação, foi da região de Juiz de Fora.

Gráfico 1: Variação percentual da quantidade de empregos segundo Regiões Geográficas Intermediárias - Minas Gerais – 2023/2022 e 2023/2020 (%)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Novo Caged. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte). **Nota:** Dados acessados em 30/04/2024 sujeitos a alterações pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em ordem decrescente de desempenho tem-se:

Patos de Minas – A RGInt de Patos de Minas é composta por 34 municípios, mas o emprego formal está concentrado apenas em quatro: Patos de Minas (com 19,1% da população da região e 23,9% do emprego formal da região), Patrocínio (10,8% da população e 12,6% emprego formal), Paracatu (11,3% da população e 14,6% emprego formal) e João Pinheiro (5,6% da população e 7,6% emprego formal). No que tange à evolução do mercado de trabalho formal, apenas Patos de Minas apresentou desempenho acima da média da região, tanto em relação a 2020 quanto em relação a 2022. Os melhores desempenhos, em termos de variação percentual, ocorreram em Uruana de Minas (134,6% em relação a 2020 e 36,6% em relação a 2022), Arinos (80,7% e 44,6% respectivamente) e Serra do Salitre (52,2% e 39,2%, nessa ordem).

Já os piores resultados foram encontrados em Natalândia (-13,8% e -26,6%), Cruzeiro da Fortaleza (-0,9% e -3,1%) e Matutina (2,9% e -11,3%).

Teófilo Otoni – A RGInt de Teófilo Otoni é composta por 86 municípios, a maioria de pequeno porte. Embora 12% da população esteja concentrada no município que dá nome a região (segundo o Censo Demográfico de 2022), ele é responsável por 25,6% do emprego formal. No que tange à evolução do mercado de trabalho formal, apenas em Couto de Magalhães houve redução de emprego em 2023 (-1,6%). Os melhores desempenhos, em termos de variação percentual, ocorreram em Itinga (127,5%, em relação a 2020, e 66,1%, em relação a 2022), Divisópolis (123,8% e 16,2% respectivamente) e Setubinha (110,1% e 21,0%, nessa ordem). Na comparação com o ano anterior, 14 municípios reduziram o número de vínculos formais de trabalho: Águas Formosas (-0,7%), Campanário (-5,7%), Franciscópolis (-8,9%), Frei Gaspar (2,0%), Jenipapo de Minas (-2,4%), Machacalis (-1,4%), Nova Modica (-1,9%), Palmópolis (-7,3%), Pavão (-8,5%), Poté (-2,9%), Santo Antônio do Itambé (-16,1%), Santo Antônio do Jacinto (-3,6%), Umuratiba (-5,2%) e Veredinha (-10,1%). O aumento do emprego em Teófilo Otoni ficou abaixo da média da região tanto na comparação com 2020 (14,7%) quanto em relação a 2022 (5,1%).

Montes Claros - A RGInt de Montes Claros é composta por 86 municípios, parte expressiva de sua população concentra-se no município de Montes Claros (25,8% da população da RGInt) - segundo o Censo Demográfico de 2022 -, e reúne 44,5% do emprego formal da região. Em 2023, o aumento do emprego formal foi abaixo da média do estado e do país, na comparação com o ano anterior, embora, superior ao encontrado em 2020 (19,2%). Os melhores desempenhos foram observados em municípios de pequeno porte populacional e de mercado de trabalho formal. Fruta do Leite, por exemplo, tinha registro de apenas seis vínculos formais de trabalho em 2020, e em 2023 chegou-se a 70 empregos formais. Aumento de 1056%. Da mesma forma, Lontra passou de 99 para 351 vínculos de emprego, elevação de 255% no mesmo período. Vale notar que, nessa região alguns municípios não recuperaram o nível de emprego existente em 2020. São eles: Pai Pedro (-23,3%), Porteirinha (-14,8%), Santa Cruz de Salinas (-4,0%) e Manga (-1,0%). O município de Montes Claros teve desempenho abaixo da média da região, do estado e do país tanto na comparação com 2022 (2,1%) quanto com 2020 (15,1%).

Ipatinga - Na RGInt de Ipatinga há 44 municípios. Ipatinga concentra 23,3% da população e 36,9% do emprego formal, seguido dos municípios de Coronel Fabriciano (10,7% da população e 8,3% do emprego), Caratinga (com 9% da população e 10,2% do emprego) e Timóteo (8,4% da população e 8,8% do emprego formal da região). O emprego formal da RGInt cresceu mais do que a média do estado. Os melhores desempenhos (acima da média da região) ficaram a cargo de quinze municípios, com destaque para Joanésia (22,7%), Alvarenga (18,6%), Naque (15,3%) e Bom Jesus do Galho (12,0%). Os municípios que não recuperaram o nível de emprego de 2020 foram Marliéria, com queda de -10,7% dos vínculos formais nessa base de comparação, Periquito (-7,3%), Córrego Novo (-1,2%) e Imbé de Minas (-0,6%).

Na comparação com o ano anterior (2022), houve queda do emprego em São Gonçalo do Rio Abaixo (-9,7%), Iapu (-6,9%), São Domingos das Dores (-4,3%), São José do Goiabal (-3,2%), Vargem Alegre (-1,5%) e Santa Bárbara do Leste (-0,9%).

Uberaba - A RGIInt de Uberaba conta com 29 municípios, com destaque para Araxá que concentrava 13,9% da população e 14,4% do emprego formal da região e Uberaba, com respectivamente, 42,0% e 42,1%. O emprego formal na região aumentou mais do que a média do estado, com destaque para São Francisco Sales e Comendador Gomes com variação do emprego de, respectivamente, 30,0% e 20,8%, na comparação com o ano anterior. O emprego formal em Araxá apresentou variação abaixo da média da região (2,2%) enquanto Uberaba, acima da média (5,0%). Comparando os resultados com 2020, constata-se que todos os municípios da região criaram postos de trabalho no período, mas na comparação com 2022, Tapira (-5,4%), Santa Rosa da Serra (-0,9%) e Iturama (-0,9%) destruíram vagas de emprego formal.

Barbacena - A RGIInt de Barbacena tem 49 municípios, com uma distribuição do emprego e da população menos concentrada do que as demais. O município de Barbacena responde por 16,5% da população e 18,9% do emprego formal, seguida de Conselheiro Lafaiete (17,3% da população e 16,0% do emprego), São João Del Rei (e 11,9% da população e 13,2% do emprego) e Congonhas (7,0% da população e 11,9% do emprego). Em relação a 2022, os municípios que se destacaram com desempenho bem acima da média da região foram: Cipotânea (35,7%), Alfredo Vasconcelos (20,4%), Belo Vale (19,5%), Ritópolis (12,3%), Rio Espera (11,5%), Santana do Garambéu (10,9%) e Nazareno (10,4%). Na comparação com 2020, apenas Alto do Rio Doce apresentou retração do emprego formal (-0,4%), e os destaques positivos ficaram por conta de Catas Altas da Noruega (156,4%), Cipotânea (124,5%) e Rio Espera (60,5%).

Divinópolis - A RGIInt de Divinópolis é composta por 61 municípios, com destaque para Divinópolis que concentrava 17,6% da população e 18,4% do emprego formal da região, Nova Serrana (8,1% da população e 8,5% do emprego), Pará de Minas (7,4% da população e 8,9% do emprego) e Itaúna, com respectivamente, 7,5% e 9,3%. Em relação a 2022, os municípios que se destacam com desempenho bem acima da média da região foram: Pedra do Indaiá (15,6%), Morada Nova de Minas (8,9%), Perdígão (8,8%) e Itatiaiuçu (8,3%). Os municípios que tiveram retração do emprego formal foram: Cedro do Abaeté (-6,1%), Bonfim (6,0%), Papagaios (-5,8%), Conceição do Pará (-3,6%), Medeiros (-3,0%), Araújos (-2,8%), Crucilândia (-1,8%), Carmo do Cajuru (-1,5%), Onça de Pitangui (-0,2%) e Igaratinga (-0,1%).

Na comparação com 2020, apenas Tapiraí (-11,9%), Pimenta (-2,5%), e Quartel Geral (-0,6%) apresentaram retração do emprego formal. Os destaques positivos ficaram por conta de Itatiaiuçu (48,1%), São José da Varginha (36,2%), Japaraíba (35,3%), Perdígão (35,1%) e Piracema (34,0%).

Belo Horizonte - A RGInt de Belo Horizonte é composta por 74 municípios onde a capital do estado concentra 38,4% da população e 53,7% do emprego da região, seguida de Contagem, com 10,3% da população e 11,7% do emprego. Embora seja a região com uma estrutura econômica mais desenvolvida do estado, cresceu abaixo da média do estado e do país. Apenas um município teve desempenho negativo em relação à 2020, Ferros, com -1,8%.

Na comparação com 2022, os municípios que se sobressaíram com desempenho bem acima da média da região foram São Joaquim de Bicas (30,2%), Santo Hipólito (25,4%) e Catas Altas (23,4%). Já os desempenhos negativos ficaram por conta de Baldim (-22,6%), Monjolos (-14,1%), Presidente Juscelino (-10,5%), Augusto de Lima (-3,3%), Florestal (-2,8%), Taquaraçu de Minas (-2,7%), Brumadinho (-2,5%), Passabém (-2,5%), Santa Bárbara (-1,6%), Caetanópolis (-0,8%), Corinto (-0,6%), Ferros (-0,6%) e Santana do Riacho (-0,3%). Na comparação com 2020, destacaram-se positivamente, Matozinhos (60,7%), Funilândia (57,5%), São Joaquim de Bicas (47,2%), Prudente de Moraes (49,3%), Itambé do Mato Dentro (47,4%), Santo Hipólito (52,1%) e Sarzedo (42,9%). Belo Horizonte e Contagem cresceram próximo da média do estado, com variações de 3,8% e 4,0%, nessa ordem, mas acima da média da região.

Pouso Alegre - A RGInt de Pouso Alegre é composta por conta com 80 municípios, com destaque para Poços de Caldas e Pouso Alegre que concentravam, respectivamente, 12,5% e 11,6% da população e 16,4% e 17,4% do emprego formal da região. Em relação a 2022, os municípios com o melhor desempenho da região foram: Piranguçu (20,6%), Conceição das Pedras (15,4%), São José do Alegre (14,7%) e Sapucaí Mirim (12,5%). 25 municípios tiveram redução de emprego, com destaque para: Serranos (-37,7%), Silvianópolis (-12,5%), Espírito Santo do Dourado (-10,3%) e Dom Viçoso (-9,3%).

Na comparação com 2020, sete municípios apresentaram retração do emprego formal: Tocos do Moji (-18,3%), Espírito Santo do Dourado (-9,1%), Senador José Bento (-8,2%), Silvianópolis (-8,0%), Serranos (-3,4%), Córrego do Bom Jesus (-2,7%) e Wenceslau Braz (-1,0%). Os destaques positivos ficaram por conta de Toledo (137,6%), Extrema (45,2%) e São Sebastião da Bela Vista (42,3%).

Varginha - A RGInt de Varginha é composta por 82 municípios, com população e emprego pouco concentrados. No município que dá nome à região se localiza 8,5% da população e 12,7% do emprego formal da localidade. A região cresceu abaixo da média do estado, e em relação a 2022, 13 municípios tiveram desempenho negativo, com destaque para, São Bento Abade (-21,7%), Bom Jesus da Penha (-16,6%) e Cordislândia (-10,8%). Os destaques positivos ficaram por conta de Monsenhor Paulo (16,3%), Doresópolis (10,0%), Aguanil (9,5%) e Fama (9,0%).

Em Varginha o emprego formal apresentou crescimento de 4,2%, acima da média da região e do estado. Na comparação com 2020, três municípios tiveram retração da quantidade de emprego formal: Bom Jesus da Penha (-17,9%), Cordislândia (-6,2%) e Ribeirão Vermelho (-5,3%). O crescimento do emprego formal da região deveu-se ao desempenho positivo de 79 municípios, com destaque para Doresópolis (50,2%), Claraval (36,2%) e Pratápolis (33,2%).

Uberlândia - A RGIInt de Uberlândia conta com 24 municípios, com população e emprego bastante concentrados no município que dá nome à região (respectivamente, 60,2% e 68,8%). A região cresceu abaixo da média do estado, e em relação a 2022, sete municípios tiveram desempenho negativo, com destaque para, Grupiara (-53,0%), Indianópolis (-17,6%) e Cachoeira Dourada (-11,0%). Os destaques positivos ficaram por conta de Araporã (23,3%), Ipiaçu (21,9%) e Centralina (10,8%). Houve crescimento do emprego em Uberlândia de apenas 2,2%, abaixo da média da região, do estado e do país. Na comparação com 2020, seis municípios tiveram retração da quantidade de emprego formal: Grupiara (-58,3%), Indianópolis (-23,7%), Estrela do Sul (-8,9%), Romaria (-6,5%), Cachoeira Dourada (-4,2%) e Douradoquara (-2,8%). O crescimento do emprego formal da região deveu-se ao desempenho positivo de 18 municípios, com destaque para Araporã (298,9%), Cascalho Rico (64,2%), Ipiaçu (53,5%) e Centralina (30,2%).

Governador Valadares - A RGIInt de Governador Valadares é composta por 58 municípios, com população e emprego bastante concentrados no município que dá nome à região (respectivamente, 35,7% e 59,8%). A região cresceu abaixo da média do estado, e em relação a 2022, 14 municípios tiveram desempenho negativo, com destaque para, Frei Lagonegro (-22,0%), Sobrália (-7,7%) e São João do Manteninha (-7,4%). Os destaques positivos ficaram por conta de Conselheiro Pena (20%), Mathias Lobato (19,4%), Sardoá (15,9%) e São Geraldo do Baixio (15,2%). O emprego formal em Governador Valadares elevou-se 2,2%, abaixo da média da região, do estado e do país.

Na comparação com 2020, cinco municípios tiveram retração da quantidade de emprego formal: Frei Lagonegro (-14,5%), Nova Belém (-7,5%), São José do Jacuri (-7,1%), São Geraldo da Piedade (-4,5%) e São João do Manteninha (-2,4%). O crescimento do emprego formal da região deveu-se ao desempenho positivo de 53 municípios, com destaque para Conselheiro Pena (87,7%), Nacip Raydan (68,4%), São Geraldo do Baixio (62,8%) e Santa Efigênia de Minas (62,6%).

Juiz de Fora - A RGInt de Juiz de Fora é composta por 146 municípios, com destaque para Juiz de Fora que concentrava 23,9% da população e 33,8% do emprego formal da região. Nenhum outro município da região tem mais do que 5% da população total, indicando a alta prevalência de municípios de pequeno porte. A região cresceu abaixo da média do estado, e em relação a 2022, 42 municípios tiveram desempenho negativo, com destaque para, Rio Doce (-27,3%) e Oliveira Fores (-41,3%). No entanto, destacaram-se positivamente: Barra Longa (20,5%), Brás Pires (43,9%), Olaria (39,0%), Chiador (29,7%). Juiz de Fora teve aumento de 2,6% postos de trabalhos formais, acima da média da região, mas abaixo da média do estado e do país.

Na comparação com 2020, onze municípios tiveram retração da quantidade de emprego formal: Chiador (-48,8%), Oliveira Fortes (-47,4%), Conceição de Ipanema (-38,6%), Santo Antônio do Gramma (-20,3%), Sem-Peixe (-18,6%), Paula Cândido (-13,9%), Rio Preto (-12,1%), Faria Lemos (-7,7%), São José do Mantimento (-5,6%), Chácara (-3,8%), Mirai (-0,3%).

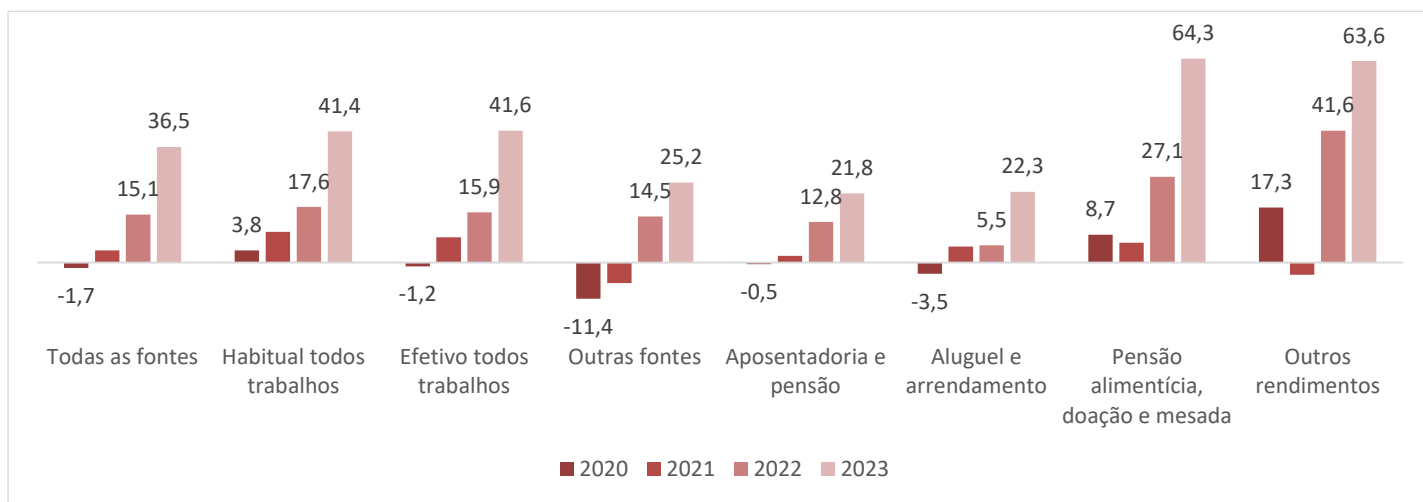
O desempenho do mercado de trabalho, em Minas Gerais, nos últimos anos foi bastante favorável, o que pode ser visto pela expansão do emprego formal. Intra-regionalmente, os resultados mostraram que a intensidade da expansão do emprego formal foi distinta, apesar de atingir todas as regiões. Para os municípios, é importante sublinhar, o mercado formal nem sempre representa a estrutura da força de trabalho local, mas, indica pelo menos a extensão dos empregos de melhor qualidade, regulados e que dão acesso à condições de trabalho e renda mais favoráveis. Simultaneamente, é importante verificar a evolução dos rendimentos em Minas Gerais. Embora, não seja possível, estender a análise para o nível municipal, os dados dos rendimentos do trabalho e de outras fontes, permite compreender se a expansão do emprego formal incidiu sobre uma melhora da condição econômica da população.

Como está o rendimento da população residente em Minas Gerais?

Nessa seção serão abordados os aspectos relativos aos rendimentos de todas as fontes nos últimos anos. A análise é feita buscando entender qual é o tipo de rendimento e composição dele, como variou ao longo do período analisado, e se nesse processo ocorreu alguma alteração nos níveis de desigualdade, se houve ou não ganhos de rendimento e para quem ocorreu. A base de comparação será 2019, a fim de verificar os ganhos ou perdas de bem estar da população após a pandemia de covid-19. Esse procedimento não foi possível na seção anterior, dada a impossibilidade de comparação dos dados do Novo Caged (2020 em diante) com os dados do Caged (antes de 2020).

De modo geral, o rendimento dos mineiros vem aumentando nos últimos cinco anos. Através do Gráfico 2 é possível verificar que os rendimentos com relação a 2019 aumentaram de forma diferenciada para cada tipo de rendimento. Para os rendimentos Habitualmente (17,6%, 41,4%, respectivamente 2022 e 2023) e Efetivamente (15,9% e 41,6%) recebidos em todos os trabalhos a variação foi praticamente a mesma para os anos de 2022 e 2023 em relação a 2019. Os aumentos mais expressivos ocorreram nesses mesmos anos para os rendimentos advindos de Pensão alimentícia, de doação e mesada de mão morador (27,1% e 64,3%, nessa ordem) e no grupo dos Outros rendimentos¹ (41,6% e 63,6%, respectivamente).

Gráfico 2 – Variação do rendimento médio mensal da população residente com rendimento por tipo de rendimento em relação ao ano de 2019 - Minas Gerais, 2020-2023 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte).

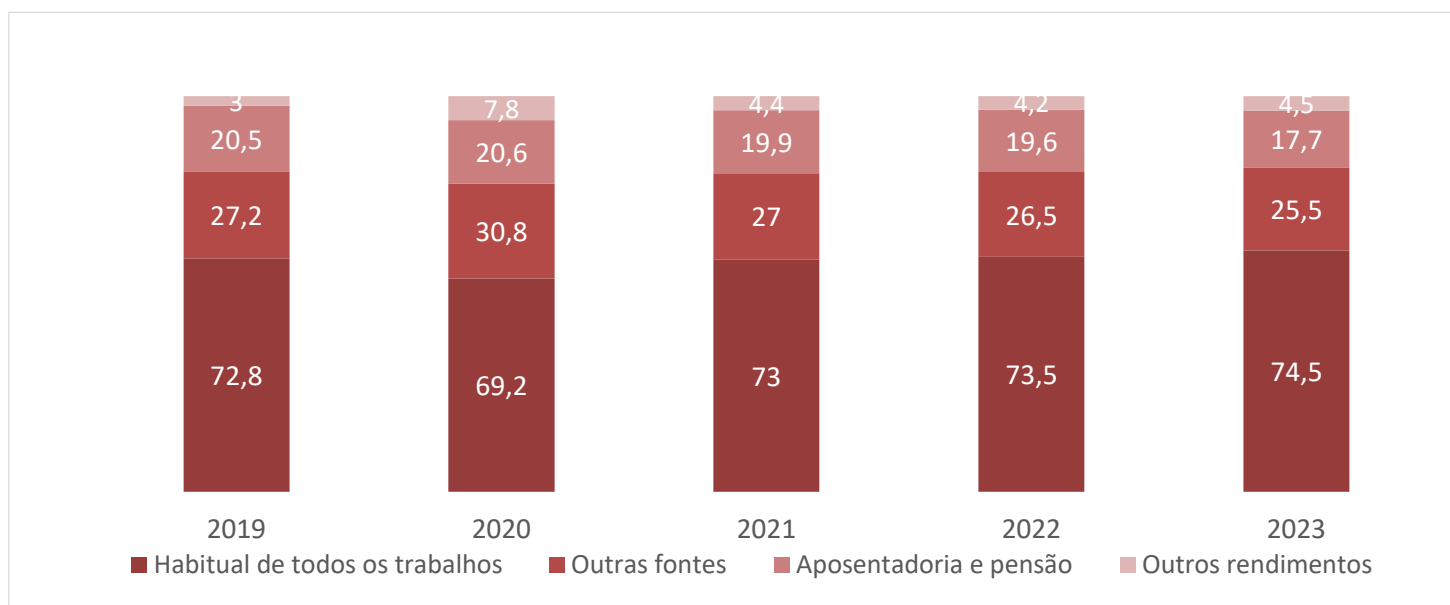
¹ Outros rendimentos – rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudo, direitos autorais, exploração de patentes e etc.

² Outras fontes – são os recebidos em dinheiro, que não são de origem do trabalho da semana de referência e não possuem natureza esporádica.

No período analisado também ocorreram reduções em alguns tipos de rendimento como é o caso daqueles advindo das chamadas Outras fontes que teve uma queda -11,4% em 2020 e de -3,5% em 2021.

Na composição dos rendimentos, a maior participação é daquele Habitualmente recebido de todos os trabalhos, e isso ocorreu em todos os anos analisados com sua maior contribuição em 2023 (74,5%). O aumento da participação dos rendimentos de Todos os trabalhos foi compensado pela redução da participação dos rendimentos de Outras fontes (-1,7 pontos percentuais – p.p. – de 2019 para 2023), daqueles oriundos de Aposentadoria e pensão (2,8 p.p.). No grupo dos Outros rendimentos, que tem a menor participação, houve aumento de 1,5 p.p. no período (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Participação percentual na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, a preços médios do ano (%) - Minas Gerais, 2019 - 2023



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte).

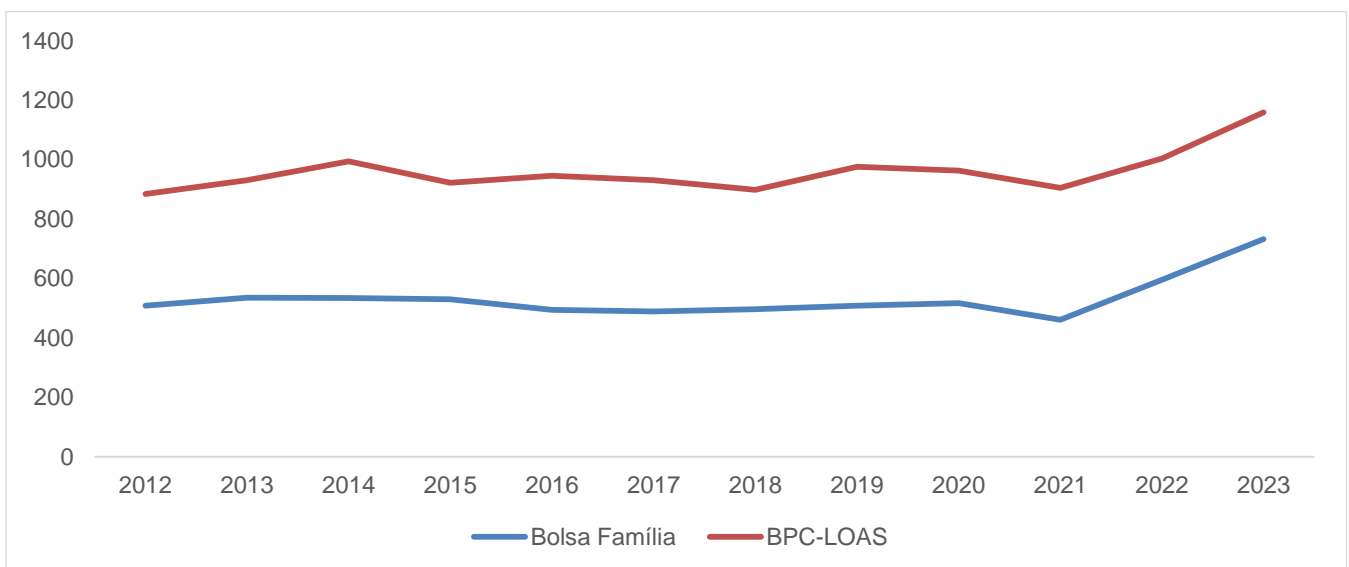
Trajatória dos rendimentos dos beneficiários dos programas sociais

Nos últimos cinco anos o número de pessoas atendidas pelos Programas Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada aumentou (BPC), respectivamente de 26,2% e 6,7%, entre 2019 e 2023. No Gráfico 4 é possível verificar que os valores pagos pelos programas tiveram praticamente a mesma trajetória, mas em níveis mais elevados para o BPC.

O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* do PBF manteve uma certa linearidade de 2012 até 2021 com valores em média de R\$507,80, implicando numa defasagem em relação ao salário mínimo. Em 2012, o valor do benefício correspondia a cerca de 82,0% do salário mínimo (R\$622,73), e em 2021 a 42,2% (R\$1.100,00).

A partir de 2021 teve uma elevação chegando, em 2023, a R\$733,00 (42,0% do salário mínimo), mas ainda defasado. Já o rendimento do BPC, em 2012, foi de R\$884,00, cerca de 42,0% maior que o salário mínimo da época; em 2021 passou a corresponder 83,0% do salário mínimo, atingindo 89,0% em 2023.

Gráfico 4 - Rendimento médio mensal real domiciliar per capita segundo os Programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - Minas Gerais, 2012 a 2023 (R\$ 2023)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte).

Quem ganhou mais com o aumento da renda?

Em 2023 houve aumento na renda domiciliar per capita em todas as classes de renda, tanto na comparação com 2022, quanto a 2019. Os maiores ganhos ocorreram na base da distribuição e no seu topo, conforme mostra a Tabela 2. Para os 5% mais pobres, o limite superior da renda aumentou 26,9%, enquanto para os 1% mais ricos, 27,4%.

Tabela – 2 Variação percentual anual das classes de rendimento domiciliar *per capita*, a preços médios do ano – Minas Gerais, 2019 a 2023

	2019	2020	2021	2022	2023
P5	-2,8	14,6	-31,3	37,6	26,9
P10	3,9	10,5	-23,4	21,0	20,7
P20	4,8	10,4	-21,3	15,9	19,0
P30	5,2	4,9	-14,0	11,7	17,9
P40	3,6	1,3	-10,3	9,1	17,2
P50	1,8	0,5	-9,7	10,4	17,4
P60	-0,5	1,1	-4,6	3,9	12,4
P70	1,3	-2,9	-5,7	7,1	12,9
P80	-1,1	-3,8	-3,4	6,3	13,7
P90	-1,5	-5,6	1,4	2,6	14,6
P95	-1,4	-2,1	-4,3	0,3	23,2
P99	-7,5	-9,4	-1,3	-0,4	27,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte).

Pode-se dizer que 2021 foi o ano mais crítico, onde praticamente todos os grupos tiveram redução no rendimento domiciliar per capita, exceto para os 10% mais ricos (P90), e com uma intensidade muito maior para os mais pobres. Após as perdas vieram os ganhos nos rendimentos para todas as classes em 2022 e 2023. Em 2023, os ganhos foram para todas as classes em relação a 2022, com maiores ganhos para os extremos das classes de rendimento (5% mais pobres – 26,9% e 1% mais ricos – 27,4%) e 17,4% para o rendimento mediano.

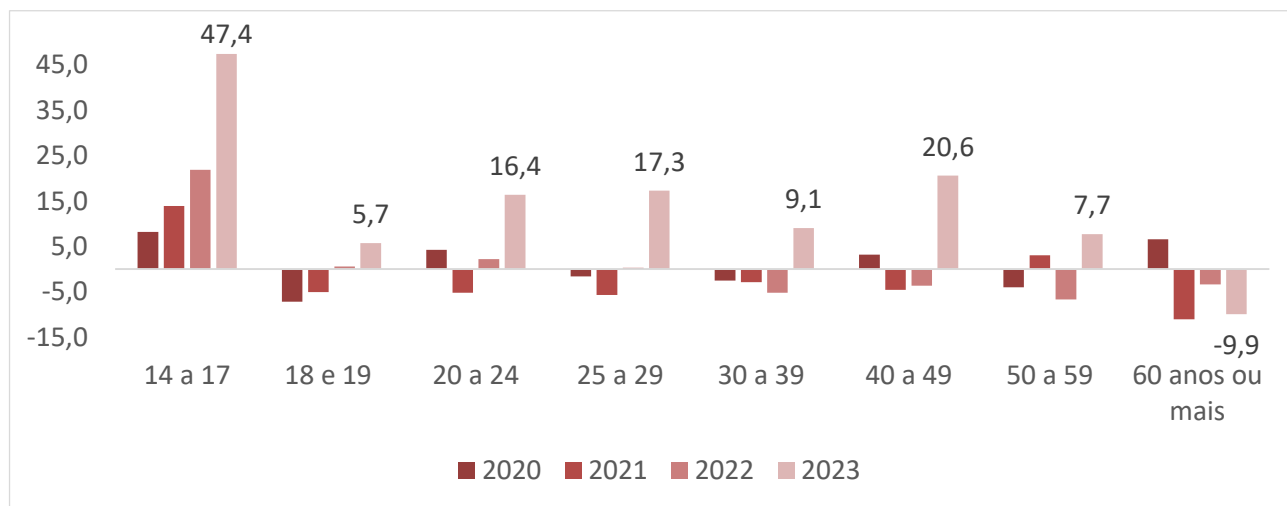
Houve mudança na desigualdade de renda em Minas Gerais?

De modo geral os rendimentos em Minas Gerais aumentaram e a desigualdade reduziu como também ocorreu no Brasil. Isso pode ser visto através das alterações no Índice de Gini (IG) que é um indicador importante para se analisar o grau de concentração e renda em determinada população. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e varia de zero a um, em que zero significa uma situação de total igualdade e um, de total desigualdade. É possível observar, através do Gráfico 4, que a trajetória da concentração do rendimento per capita em Minas Gerais e no Brasil apresentaram, de certa forma, uma trajetória semelhante de queda entre 2012 e 2019 (Brasil de 0,504 para 0,494 e Minas Gerais de 0,491 para e 0,463). Entre 2015 e 2016 a desigualdade no país inverteu a rota e aumentou ao passo que em Minas Gerais seguiu caindo, mas depois foi retomado o aumento na desigualdade chegando em 2018 a 0,467 (Brasil de 0,506). A partir de 2018 os IG para o Brasil e para Minas Gerais voltaram a cair chegando em 2022 com 0,486 e 0,436, respectivamente. Já de 2022 para 2023 as desigualdades de rendimento aumentaram no Brasil e no Estado (0,494 e 0,436, respectivamente), ainda sim ficaram em um patamar abaixo do observado em 2012.

Para quem ocorreu o aumento na renda?

De modo geral, o aumento do rendimento médio mensal ocorreu para todos os grupos etários, mas as variações nos ganhos do trabalho não foram iguais quando comparado com 2019. De acordo com o Gráfico 5, o grupo de 14 a 17 anos foi o que teve maiores aumentos no rendimento (R\$612,00, em 2019, para R\$902,00, em 2023). Já para o grupo etário de 60 anos e mais, ocorreram as maiores quedas nos rendimentos (de R\$3.064,00 em 2019 para R\$2.761,00, em 2023). Em 2021, houve redução da renda do trabalho em praticamente todos os grupos etários. Já em 2023, houve os maiores ganhos em relação a 2019 para todos os grupos, exceto para o grupo de 60 anos e mais (-9,9%). Para aqueles com idade entre 14 e 17 anos houve elevação de 47,4%, seguido dos com 40 a 49 anos, com aumento de 20,6%.

Gráfico 6 - Variação do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, em relação a 2019 por grupo etário - Minas Gerais, 2020-2023 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte).

Com relação ao sexo, é possível verificar que para os homens os rendimentos tiveram uma queda maior em 2021 (-6,4%), com uma recuperação em 2023 (6,0%). As mulheres seguiram numa trajetória ascendente, na comparação com 2019, chegando em 2023 com elevação de 22,8% nos rendimentos médios de todos os trabalhos. Apesar desses ganhos e da redução entre as diferenças nos níveis salariais, a desigualdade de renda entre os sexos permanece. Em 2019, as mulheres ganhavam cerca de 30% (homens- R\$3.065,00 e mulheres – R\$2.460,00) a menos que os homens, e em 2023 cerca de 20% (homens- R\$2.891,00 e mulheres – R\$2.003,00).

Com relação à cor ou raça, os rendimentos mais elevados continuam para os Brancos seguidos dos Pardos e Pretos. No período analisado pode-se dizer que as pessoas de cor ou raça parda passaram sem perdas em seus rendimentos, e tiveram um ganho de 15,4% em 2023. As populações de cor ou raça branca e preta também tiveram ganhos nesse mesmo ano (9,2% e 9,1%, respectivamente) com rendimentos de R\$3.500,00; R\$2.388,00 e R\$2.207,00, para os brancos, pardos e pretos, respectivamente.

Quanto à escolaridade, as variações nos rendimentos, em relação a 2019, apontam que as perdas foram maiores para aqueles sem Instrução até 2022. Outro grupo com redução expressiva do rendimento médio mensal do trabalho ocorreu para as pessoas com ensino superior completo e para os com ensino médio incompleto. No entanto, em 2023, o rendimento, em relação a 2019, apresentou elevação em todos os níveis de escolaridade, exceto para os com ensino médio incompleto (-5,6%). A maior variação positiva ocorreu para as pessoas com ensino superior incompleto (20,7%).

Tabela 3 – Variação do rendimento médio mensal do trabalho, em relação a 2019, segundo sexo, cor ou raça e Escolaridade- Minas Gerais, 2020-2023 (%)

	2020	2021	2022	2023
Sexo				
Homens	-2,2	-6,4	-4,8	6,0
Mulheres	4,6	5,9	-0,6	22,8
Cor ou raça				
Branca	-0,2	-5,6	-8,2	9,2
Preta	-3,7	-2,1	-5,1	9,1
Parda	2,2	-0,1	2,2	15,4
Escolaridade				
Sem instrução	-27,2	-20,6	-14,0	11,9
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	2,7	0,5	2,9	10,0
Ensino fundamental completo ou equivalente	2,6	-4,5	13,1	11,7
Ensino médio incompleto ou equivalente	-3,2	-15,3	-10,1	-5,6
Ensino médio completo ou equivalente	-4,8	-9,8	-7,3	2,1
Ensino superior incompleto ou equivalente	3,8	2,1	4,7	20,7
Superior completo	-4,1	-8,3	-14,9	3,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subte).

Considerações finais

O emprego formal, em Minas Gerais, apresentou expansão suficiente para se recuperar dos resultados negativos resultantes da pandemia do Covid-19, em 2020, seguindo a tendência do país. Além do mercado formal, outros indicadores registraram patamares similares ao período pré-pandemia, como as taxas de desocupação e a população ocupada (formal e informal)⁴.

Esse boletim visou apresentar as diferenças de intensidade da expansão do emprego formal nas treze regiões geográficas intermediárias do estado. 38,5% das RGIInts apresentaram aumento do emprego menor do que a média do estado, a saber, Pouso Alegre, Varginha, Uberlândia, Governador Valadares e Juiz de Fora. Muitos dos municípios mineiros têm baixa representatividade do emprego formal, dada sua estrutura econômica menos complexa e desenvolvida. No entanto, em 2023, apenas 6,3% dos municípios mineiros tiveram uma quantidade de vínculos formais de trabalho inferior à encontrada em 2020. Na RGIInt de Juiz de Fora, foram onze municípios nessa situação, seguida pela região de Pouso Alegre e Uberlândia, com sete e seis municípios com desempenho negativo em 2023 na comparação com 2020.

De um modo geral, comparando com o período pré pandemia, os rendimentos aumentaram nos últimos cinco anos. Os rendimentos do trabalho (formal ou informal), que representam 74,5% do total dos rendimentos, tiveram incremento em torno de 42,0%, entre 2019 e 2023; enquanto os rendimentos de pensão alimentícia, doação, mesada e outros tiveram aumentos de, aproximadamente, 64,0%.

Os rendimentos advindos dos Programas Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) tiveram aumentos entre 2012 e 2023. Os valores pagos pelo BPC sempre foram mais elevados que os pagos pelo PBF. O valor pago pelo BPC em 2012 era 42,0% maior que o salário mínimo, e em 2023 correspondia a 89,0%. Em 2012 o valor pago pelo PBF correspondia a cerca de 82,0% do salário mínimo (R\$622,73) já em 2023 a 42,2% (R\$1.302,00). Para ambos os rendimentos, ocorreram defasagem em relação ao salário mínimo.

⁴ Para mais detalhes: <https://fjp.mg.gov.br/mercado-de-trabalho/>

Os 20% mais pobres tiveram ganhos no rendimento domiciliar *per capita* com maior expressividade, especialmente para a base desse grupo (5% mais pobres) que tiveram ganho de 26,9%, em 2023, em relação ao ano anterior. Metade da população teve um aumento no rendimento de 17,4%.

A desigualdade do rendimento médio mensal em Minas Gerais é menor do que no país. Em 2012, o Índice de Gini (IG) do rendimento médio mensal, em Minas Gerais, era 0,481, alcançando seu menor valor em 2022 (0,436). Em 2023, voltou a aumentar, atingindo 0,463. No país, esses valores eram de, respectivamente, 0,503, 0,486 e 0,463.

Por grupos ocupacionais, os maiores incrementos dos rendimentos médios mensais do trabalho ocorreram para as mulheres, os trabalhadores de cor ou raça parda e para aqueles com ensino superior incompleto. Contudo, houve redução da renda do trabalho apenas para aqueles com ensino médio incompleto.

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

**SUBSECRETARIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA, TRABALHO,
EMPREGO E RENDA**
Arthur Hélio Albergaria Campos

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA
Marcel Cardoso Ferreira de Souza

DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO
Amanda Siqueira Carvalho

EQUIPE TÉCNICA
Débora Carvalho de Mello Almeida
Pedro Luis Souza Mazoni

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
PRESIDÊNCIA
Luciana Lopes Nominato Braga

VICE-PRESIDÊNCIA
Mônica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Claudio Djissey Shikida

COORDENAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS
Caio César Soares Gonçalves

EQUIPE TÉCNICA
Glauber Flaviano Silveira
Nícia Raies Moreira de Souza
Plínio Campos de Souza
Rafaela Rodrigues de Paula
Vanessa Lima Caldeira Franceschini